



Câmara Municipal de Boa Esperança
Estado do Espírito Santo

RESOLUÇÃO Nº 372/2018
DE 06/04/2018

“Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES e das outras providências”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal APROVOU e o Presidente PROMULGA a seguinte Resolução:

Art. 1º. Autoriza o Poder Legislativo a conceder ao seu servidor público, auxílio-alimentação, de caráter indenizatório, para ressarcimento de despesas com alimentação, não sendo considerada verba remuneratória para qualquer efeito, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º Para os fins desta Resolução, entende-se por servidor público a pessoa no exercício das funções e a serviço da Câmara Municipal, conforme Lei Complementar nº 1.487/2013, de 12 de junho de 2013.

§ 2º O auxílio-alimentação será concedido a todos os servidores da Câmara Municipal de Boa Esperança, de forma igualitária, quando em efetivo exercício de suas atribuições.

§ 3º Os servidores que detiverem mais de uma matrícula junto à folha de pagamento, perceberão o valor referente à, tão somente, uma delas, a título de auxílio alimentação.

§ 4º O auxílio-alimentação será pago por dia efetivamente trabalhado.

Art. 2º. O auxílio-alimentação de que trata esta Resolução:

- I – Não tem natureza salarial, nem se incorporará á remuneração do servidor para quaisquer efeitos;
- II – Não será configurada como rendimento tributável e nem constitui base para incidência de contribuição previdenciária.
- III – Este auxílio será reajustado anualmente de acordo com o índice inflacionário oficial calculado pelo IPC da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e na falta deste, por outro índice que venha a substituí-lo ou por índice correlato.

Art. 3º. A concessão do auxílio alimentação será feita em pecúnia, através da folha de pagamento e terá natureza indenizatória.

Art. 4º. O servidor não fará jus ao Auxílio-Alimentação nas seguintes hipóteses:

- I - tiver mais de 03 (três) faltas injustificadas;
- II– Licença para serviço militar;
- III – Licença para atividade política;
- IV – Licença para tratar de interesses particulares;
- V – Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro, sem remuneração;
- VI – Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
- VII – Exercício de mandato eletivo;



Câmara Municipal de Boa Esperança **Estado do Espírito Santo**

VIII – Afastamento preventivo, em processo administrativo disciplinar;

IX – Afastamento decorrente de aplicação de penalidade em sindicância ou processo administrativo disciplinar;

X – Cumprimento de pena de detenção e reclusão.

XI- se afastar de suas funções, salvo se em decorrência das seguintes hipóteses prevista em Lei:

a) férias;

b) casamento;

c) luto, por falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;

d) júri e outros serviços obrigatórios por Lei;

e) para doação de sangue;

f) licença paternidade;

g) gozo de licença prêmio;

h) licença maternidade;

i) licença ao servidor acidentado em serviço; e

j) licença ao servidor acometido de doença profissional.

§ 1º O servidor que se ausentar de suas funções receberá o benefício de forma proporcional, considerando os dias efetivamente trabalhados no mês, salvo as exceções previstas neste artigo.

§ 2º As situações relativas ao Auxílio-Alimentação não abordadas por esta Resolução, poderão ser decididas por ato da Mesa Diretora, apoiado em manifestação técnica da Divisão responsável de Recursos Humanos e da Procuradoria, sempre levando em conta as diretrizes e objetivos desta Resolução e do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Boa Esperança/ES.

§ 3º O servidor cedido a outro órgão poderá optar pelo Auxílio-Alimentação de origem ou por aquele pago pelo órgão a que foi cedido, desde que comunique a opção.

§4º Considerar-se-á para desconto no valor do Auxílio-Alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 1/22 (um vinte e dois avos) multiplicada pelo número de dias faltosos.

Art. 5º. Verificada a ocorrência indevida de pagamento de Auxílio-Alimentação ao servidor, a importância lhe será descontada do pagamento do mês subsequente.

Art. 6º. O valor do Auxílio-Alimentação concedido por esta Resolução é de R\$ 150,00 (Cento Reais), com atualização automática todo 1º (primeiro) dia de cada ano, com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que vier a substituí-lo legalmente, desde que haja dotação orçamentária.

Parágrafo Único. O Auxílio-Alimentação será custeado com recursos do orçamento do Poder Legislativo Municipal, o qual deverá incluir na sua proposta orçamentária anual os recursos necessários à manutenção do benefício, que poderão ser suplementados, caso necessário, observados os limites da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. O demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro de que trata o art. 16 da Lei Complementar Nº 101/2000 e justificativas, segue no Anexo I, que fará parte integrante desta Resolução.



Câmara Municipal de Boa Esperança
Estado do Espírito Santo

Art. 8º. O Auxílio-Alimentação será cancelado *ex officio* quando ocorrer:

I – exoneração, demissão, declaração de vacância do cargo, aposentadoria ou falecimento do beneficiário;

II – exoneração ou destituição de cargo em comissão, quando não possuir vínculo efetivo.

Art. 9º. A participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, congressos, conferências, ou outros eventos de igual natureza, não produzem descontos no auxílio alimentação.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo, aos 06 de abril de 2018.

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

Publicada na data supra.

CHARLES COSTALONGA LADISLAU
1º SECRETÁRIO



Câmara Municipal de Boa Esperança **Estado do Espírito Santo**

ANEXO I

JUSTIFICATIVA

A Resolução n° 372/2018 tem por objetivo dar mais garantias ao servidor público municipal, a fim de conquistar melhor qualidade de vida e valorização do trabalho desenvolvido em prol da municipalidade.

A matéria apresentada gera benefício ao Município, pois com o auxílio-alimentação destinado à compra de alimentos que serão preparados em casa, atingirá de forma positiva no crescimento do comércio, pois serão aceitos em supermercados, padarias e comércios menores, dando toda a liberdade para que os funcionários preparem suas refeições do modo em que acharem melhor.

O pagamento do auxílio-alimentação destinará ao servidor público ativo para o custeio de suas despesas com alimentação, auxiliando no desempenho de suas atividades laborais, sendo este de caráter indenizatório e não se incorpora ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão por expressa determinação legal.

A verba é de caráter eminentemente indenizatório, não se enquadrando nas limitações do art. 18 da LC no 101/2000.

Portanto, embora não haja previsão legal da obrigatoriedade em fornecer a alimentação, o empregador que concede este benefício acaba se beneficiando também de duas grandes vantagens que são os incentivos fiscais e principalmente, a satisfação do trabalhador, que terá como preocupação, a melhoria do rendimento do seu trabalho e não como irá fazer ou deixar de fazer uma refeição com qualidade.

O auxílio-alimentação consiste em uma vantagem pecuniária, prevista em lei, conferida diretamente ao servidor público para subsidiar suas despesas com alimentação, quando este estiver em labor. Nesse sentido, cita-se como exemplo a seguinte legislação do Poder Executivo Federal sobre o tema:

Lei Federal n° 8.460/92

(...)

Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. (Redação dada pela Lei n° 9.527, de 1997)

Decreto Federal n° 3.887/20012

Art. 1° O auxílio-alimentação será concedido a todos os servidores civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, independentemente da jornada de trabalho, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo.

§ 1° O auxílio-alimentação destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo-lhe pago diretamente. (Grifou-se).



Câmara Municipal de Boa Esperança
Estado do Espírito Santo

Dessa forma, se faz necessária a iniciativa da Mesa Diretora, para que desta forma, possamos permitir a valorização de nossos servidores públicos.

Face ao exposto, estando presentes os princípios legais, aguardamos a apreciação da presente proposição, confiantes na sua aprovação conforme apresentado.

Cordialmente,

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

SELMO DE JESUS MENDES
Vice-Presidente

CHARLES COSTALONGA LADISLAU
Secretário



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**RESOLUÇÃO Nº 372/2018
ANEXO I-A**

**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
REFERENTE AO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL
EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2018, 2019 E 2020**

VALORES EM R\$ - REAIS

MÊS	Nº DE SERVIDORES CONTEMPLADOS	VALOR UNITÁRIO-MENSAL DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO EM			MÊS	IMPACTO DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO EM		
		2018	2019	2020		2018	2019	2020
JAN	12	-	150,00	150,00	JAN	-	1.800,00	1.800,00
FEV	12	150,00	150,00	150,00	FEV	1.800,00	1.800,00	1.800,00
MAR	12	150,00	150,00	150,00	MAR	1.800,00	1.800,00	1.800,00
ABR	12	150,00	150,00	150,00	ABR	1.800,00	1.800,00	1.800,00
MAI	12	150,00	150,00	150,00	MAI	1.800,00	1.800,00	1.800,00
JUN	12	150,00	150,00	150,00	JUN	1.800,00	1.800,00	1.800,00
JUL	12	150,00	150,00	150,00	JUL	1.800,00	1.800,00	1.800,00
AGO	12	150,00	150,00	150,00	AGO	1.800,00	1.800,00	1.800,00
SET	12	150,00	150,00	150,00	SET	1.800,00	1.800,00	1.800,00
OUT	12	150,00	150,00	150,00	OUT	1.800,00	1.800,00	1.800,00
NOV	12	150,00	150,00	150,00	NOV	1.800,00	1.800,00	1.800,00
DEZ	12	150,00	150,00	150,00	DEZ	1.800,00	1.800,00	1.800,00
-	-	1.650,00	1.800,00	1.800,00	-	19.800,00	21.600,00	21.600,00

OBS.: O VALOR UNITÁRIO-MENSAL DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO FOI CONSIDERADO CONSTANTE NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2018, 2019 E 2020.

Boa Esperança-ES, 06 de abril de 2018.

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

CHARLES COSTALONGA LADISLAU
Secretário



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

RESOLUÇÃO Nº 372/2018
ANEXO I-B

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
REFERENTE AO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL
EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2018, 2019 E 2020

VALORES EM R\$ - REAIS

MÊS	Nº DE SERVIDORES CONTEMPLADOS	VALOR UNITÁRIO-MENSAL DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	IMPACTO TOTAL DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO EM			METODOLOGIA DE CÁLCULO* DO IMPACTO TOTAL DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO EM		
			2018	2019	2020	2018	2019	2020
JAN	12	150,00	-	1.800,00	1.800,00	-	12 x 150,00	12 x 150,00
FEV	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
MAR	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
ABR	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
MAI	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
JUN	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
JUL	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
AGO	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
SET	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
OUT	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
NOV	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
DEZ	12	150,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	12 x 150,00	12 x 150,00	12 x 150,00
-	-	1.800,00	19.800,00	21.600,00	21.600,00	12 x 150,00 x 11	12 x 150,00 x 12	12 x 150,00 x 12

* RESULTADO DA MULTIPLICAÇÃO DO "Nº DE SERVIDORES CONTEMPLADOS" X "VALOR UNITÁRIO-MENSAL DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO" X Nº DE MESES.

OBS.: O VALOR UNITÁRIO-MENSAL DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO FOI CONSIDERADO CONSTANTE NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2018, 2019 E 2020.

Boa Esperança-ES, 06 de abril de 2018.

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

CHARLES COSTALONGA LADISLAU
Secretário